

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO DOS ENFERMEIROS E DAS PARTURIENTES

Ana Carolina Cassimiro de Souza do Carmo, Milena Anselmo Lopes e Vanessa Alves da Silva Rodrigues. Violência obstétrica: percepção e conhecimento dos enfermeiros e das parturientes. Revista Saúde Dinâmica, vol. 6, 2024. Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga.

Recebido em: 27/05/2024

Aprovado em: 12/07/2024

Publicado em: 16/07/2024

**SAÚDE DINÂMICA – Revista Científica Eletrônica
FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA**

16ª Edição 2024 | Ano VII- e062405 | ISSN – 2675-133X

2º semestre de 2024

Violência obstétrica: percepção e conhecimento dos enfermeiros e das parturientes
Obstetric violence: perception and knowledge of nurses and parturients

Ana Carolina Cassimiro de Souza do Carmo¹, Milena Anselmo Lopes², Vanessa Alves da Silva Rodrigues³.

¹ Discente do curso de Enfermagem, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga. Rua G, 205 - Paraíso, Ponte Nova - Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7418-3254>.

² Discente do curso de Enfermagem, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga. Rua G, 205 - Paraíso, Ponte Nova - Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6119-0846>.

³ Docente no curso de Enfermagem, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga. Rua G, 205 - Paraíso, Ponte Nova - Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3898-049X>.

Autor correspondente: enf.carolinacassimiro@gmail.com

RESUMO

Objetivo: investigar a problemática da violência obstétrica com base no conhecimento do profissional de enfermagem e da parturiente. **Metodologia:** revisão bibliográfica realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), abrangendo artigos publicados nos últimos dez anos (2014 a 2024) com texto completo disponibilizado na íntegra. **Resultados:** foram selecionadas 6 publicações que satisfizeram os critérios de inclusão. **Discussão:** a violência obstétrica persiste devido à falta de reconhecimento e educação tanto por parte dos profissionais de saúde quanto das parturientes. Enfermeiros muitas vezes não reconhecem práticas abusivas, contribuindo para a perpetuação do ciclo de violência. A falta de informações durante o pré-natal compromete a capacidade das parturientes de fazer escolhas informadas e seguras durante o parto. **Considerações Finais:** este estudo destaca a urgência de programas educacionais contínuos para profissionais de saúde e parturientes, visando aumentar o reconhecimento da violência obstétrica e fortalecer a autonomia das mulheres durante o parto. A implementação de diretrizes baseadas em evidências, como as boas práticas da OMS, é crucial para mitigar práticas invasivas e garantir um cuidado materno respeitoso e livre de abusos.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Conhecimento; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: to investigate the issue of obstetric violence based on the knowledge of nursing professionals and parturients. **Method:** literature review conducted in the Virtual Health Library (VHL), covering articles published in the last decade (2014 to 2024) with full-text availability. **Results:** six publications meeting the inclusion criteria were selected. **Discussion:** obstetric violence persists due to lack of recognition and education by both healthcare professionals and parturients. Nurses often fail to recognize abusive practices, contributing to the perpetuation of the cycle of violence. Insufficient prenatal information compromises parturients' ability to make informed and safe choices during childbirth. **Final considerations:** this study highlights the urgency of continuous educational programs for healthcare professionals and parturients to increase awareness of obstetric violence and strengthen women's autonomy during childbirth. The implementation of evidence-based guidelines, such as WHO's best practices, is crucial to mitigate invasive practices and ensure respectful maternal care free from abuse.

Keywords: Obstetric Violence; Knowledge; Nursing.

INTRODUÇÃO

A Violência Obstétrica (VO) é definida como toda ação cometida pelos profissionais de saúde que impacta a integridade e o bem-estar da paciente durante o acompanhamento gestacional e o parto. Ela se manifesta em uma variedade de formas, que vão desde a ausência de explicação e consentimento para intervenções até o uso de linguagem depreciativa e a negação do direito da mulher de expressar seus sentimentos e desejos durante o processo de parto (Oliveira; Albuquerque, 2018).

O Brasil figura entre os países com altas taxas de VO e mortalidade materna, estatísticas que refletem não apenas uma falha no sistema de saúde, mas também desigualdades sociais e estruturais profundamente enraizadas (Zanardo, *et al.*, 2017). De acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), uma em cada quatro mulheres enfrenta algum tipo de VO diariamente, resultando em traumas psicológicos, emocionais e físicos que reverberam por toda a vida (Fundação Perseu Abramo, 2010).

A VO historicamente foi relegada ao silêncio e à invisibilidade. Com o avanço da conscientização social e a disseminação dos meios de comunicação, essa questão emergiu de forma mais proeminente nos debates públicos, por meio dos relatos de mulheres que se sentiram violentadas (Martins, *et al.*, 2019).

O enfermeiro desempenha um papel crucial, possuindo conhecimento dos direitos das pacientes e dedicando-se à qualidade da assistência. Eles são fundamentais para reduzir os índices alarmantes de VO e promover um cuidado digno e respeitoso, alinhado à fisiologia do parto (Queiroz; Silva; Costa, 2023).

Para alcançar uma mudança efetiva, é essencial que a formação dos enfermeiros incorpore não apenas competências técnicas, mas também uma consciência crítica e sensível às necessidades específicas das mulheres e de suas famílias. Isso requer uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, que envolva instituições de ensino, serviços de saúde e outros atores relevantes na construção de um ambiente onde os direitos das gestantes sejam protegidos e sua autonomia seja respeitada (Chirelli; Sordi, 2020).

Além do domínio técnico, o estabelecimento de um vínculo empático e de confiança entre o enfermeiro e a gestante desempenha um papel crucial na diminuição da VO. A prática baseada em evidências aliada a uma escuta atenta e respeitosa permite que a mulher se sinta ouvida e compreendida em suas necessidades e preferências durante todo o processo gestacional e de parto. A construção desse vínculo fortalece a autonomia da mulher, capacitando-a a tomar

decisões informadas e participar ativamente do seu cuidado, contribuindo para uma experiência de parto mais humanizada e satisfatória. Dessa forma, o enfermeiro não apenas atua como um agente de assistência clínica, mas também como um facilitador do empoderamento feminino e da promoção da saúde materna e neonatal (Silva, *et al.*, 2020).

Portanto, este trabalho tem o intuito de buscar na literatura existente estudos que abordam sobre o conhecimento e a percepção dos enfermeiros e das parturientes sobre a VO e realizar uma síntese desses achados.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo consistiu em uma revisão de literatura, um método frequentemente empregado para mapear o panorama do conhecimento existente sobre determinado assunto, abrangendo desde sua fundamentação teórica até as mais recentes descobertas no campo específico. Essa abordagem permite identificar tendências, avaliar a relevância dos estudos, analisar mudanças ao longo do tempo e identificar lacunas na pesquisa. Além disso, possibilita a comparação de abordagens, comportamentos e aplicações em diferentes países, bem como a identificação dos métodos mais eficazes em diferentes contextos (Mariano; Santos, 2017).

A pergunta que norteou a pesquisa foi: Qual é o conhecimento dos enfermeiros (as) e parturientes referente a prática de violência obstétrica?

A busca por produções científicas foi conduzida utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) como principal base de dados. Os descritores "violência obstétrica", "conhecimento" e "enfermagem" foram empregados, combinados pelo operador booleano AND para refinar a pesquisa.

A coleta de dados foi realizada ao longo do mês de maio de 2023, focando em artigos publicados nos últimos 10 anos (de 2014 a 2024), com texto completo disponível em bases de dados nacionais. Foram excluídos da análise artigos pagos, revisões e estudos que não se alinharam especificamente com o tema de interesse.

Inicialmente, os artigos foram selecionados com base em seus títulos, seguidos de uma análise mais aprofundada dos resumos para determinar sua relevância. Os artigos considerados pertinentes foram então avaliados em sua totalidade.

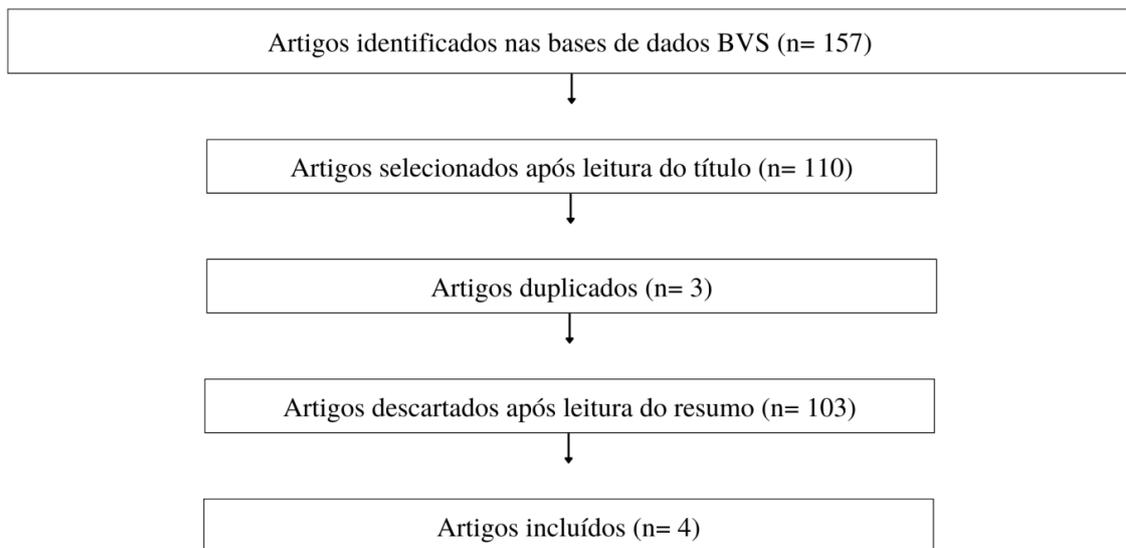
Os dados coletados foram comparados com os objetivos gerais e específicos do estudo, buscando identificar padrões e conclusões consistentes. Para organizar as informações, foi

elaborada uma tabela contendo o título da publicação, autores, tipo de estudo, objetivos e resultados obtidos.

RESULTADOS

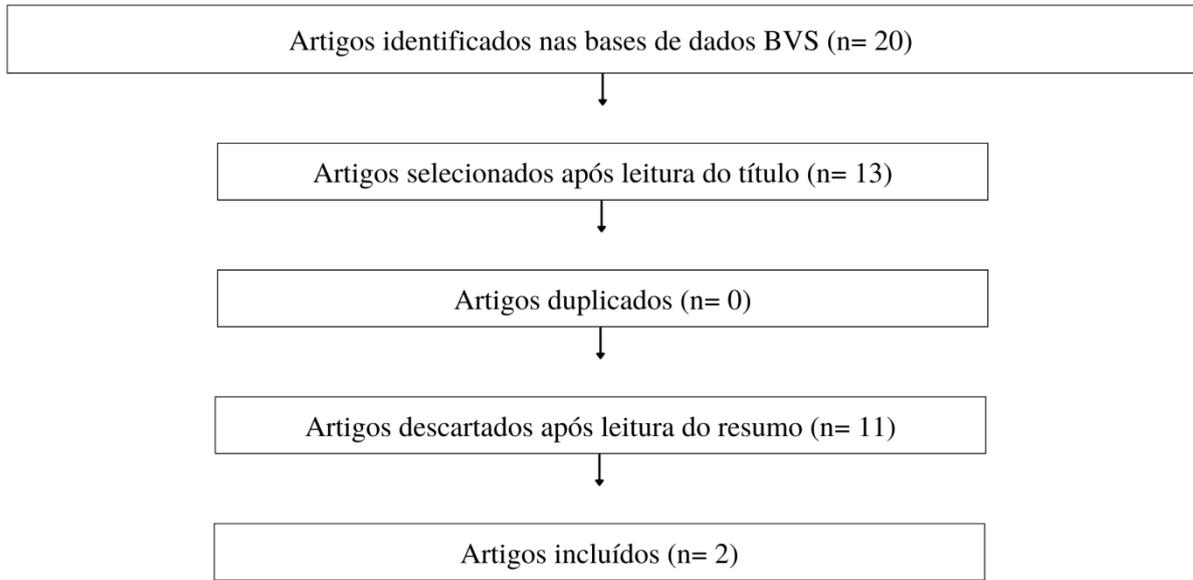
A seleção das publicações científicas foi realizada correlacionando os descritores "violência obstétrica" e "conhecimento", resultando em um total de 20 artigos. Após a análise, foram selecionados 02 artigos para compor a amostra final. Em seguida, a correlação foi feita entre os descritores "violência obstétrica" e "enfermagem", resultando em 157 publicações. Dentre essas, foram escolhidos 04 artigos para inclusão no estudo, conforme detalhado nos fluxogramas a seguir:

Fluxograma 1 - Seleção da pesquisa: descritores “violência obstétrica” AND “enfermagem”.



Fonte: Elaboração própria. Ponte Nova, Minas Gerais, Brasil 2024.

Fluxograma 2 - Seleção da pesquisa: descritores “violência obstétrica” AND “conhecimento”.



Fonte: Elaboração própria. Ponte Nova, Minas Gerais, Brasil 2024.

A seguir, foi empregado um instrumento de coleta de dados previamente validado, desenvolvido pela equipe de pesquisadores para avaliar as publicações selecionadas (Quadro 1). Este instrumento abrangeu os seguintes itens: título e ano de publicação, objetivo, metodologia e principais resultados.

Quadro 1. Síntese dos estudos selecionados para compor a pesquisa.

Título e ano de publicação	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
Conhecimento de enfermeiros da atenção primária acerca da violência obstétrica 2020	Investigar o conhecimento de enfermeiros da atenção primária à saúde acerca da violência obstétrica.	Estudo de caráter descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, desenvolvido com sete enfermeiros de duas unidades básicas de saúde do Distrito Federal, Brasil. Os dados foram coletados a partir de entrevistas gravadas, transcritas e analisadas mediante a análise de conteúdo.	Os resultados obtidos por meio das entrevistas indicam uma compreensão superficial dos enfermeiros da atenção primária à saúde acerca da violência obstétrica e das práticas que são consideradas, como observa-se nos depoimentos.

<p>Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: A dor que querem calar</p> <p>2020</p>	<p>E como objetivos desta pesquisa estabeleceram-se: identificar o conhecimento das parturientes sobre violência obstétrica, levantar se as mesmas conseguem identificar as principais ações presentes na violência obstétrica, detectar os impactos físicos e psicológicos da violência obstétrica.</p>	<p>Estudo do tipo descritivo, exploratório com abordagem qualitativa.</p>	<p>O que se pode perceber através das falas acima é que a violência obstétrica acarretou nas vítimas consequências. Parte das participantes relatou que sua vida sexual sofreu consequências em decorrência da violência obstétrica, pois elas tiveram sua autoestima e psicológico abalados e, por fim, também tiveram a confiança nos profissionais de saúde diminuída.</p>
<p>Violência obstétrica na percepção de puérperas</p> <p>2020</p>	<p>Foi mostrar que a falta de informações nos pré-natais realizados pelos profissionais de saúde pode levar a consequências maiores, como a ocorrência da violência obstétrica.</p>	<p>Este artigo objetiva analisar a percepção de puérperas a respeito da violência obstétrica em uma maternidade de um município paraibano. Trata-se de um estudo de campo, descritivo, com abordagem quantitativa.</p>	<p>Estudo de campo sobre violência obstétrica realizado em uma maternidade de município paraibano mostrou que cerca de 121 mulheres relataram não ter sofrido nenhum tipo de violência durante o trabalho de parto, parto e pós parto, porém quando interrogadas sobre outros assuntos no decorrer da entrevista verbalizaram algumas condutas que são consideradas VO.</p>
<p>Violência obstétrica na perspectiva dos profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto</p> <p>2019</p>	<p>Avaliar o conhecimento de profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto sobre violência obstétrica.</p>	<p>Estudo de natureza qualitativa em que participaram da pesquisa enfermeiros(as) que atenderam aos critérios de inclusão: ser enfermeiro(a) da maternidade do município de São Paulo.</p>	<p>Os enfermeiros participantes apontaram quais as técnicas, práticas e manobras que consideram ser violência obstétrica. Foi identificado diante das experiências dos profissionais que a ocorrência da violência obstétrica ainda é bastante praticada.</p>
<p>Violência obstétrica: Percepções de enfermeiros obstétricos em uma maternidade de Minas Gerais</p> <p>2019</p>	<p>Identificar as percepções dos enfermeiros obstétricos acerca da violência obstétrica.</p>	<p>Estudo descritivo, exploratório de abordagem qualitativa, realizado em uma maternidade filantrópica de Belo Horizonte.</p>	<p>Dentre as causas para a violência obstétrica foram apontadas as dificuldades estruturais, a formação pessoal e profissional e a própria impunidade desses atos.</p>

A violência obstétrica como prática no cuidado na saúde da mulher no processo parturitivo: análise reflexiva 2015	Promover a reflexão de conceitos acerca da violência obstétrica durante o processo parturitivo contra as mulheres desenvolvidas pelos serviços e profissionais de saúde.	Estudo reflexivo, apoiado em referenciais da violência obstétrica.	A falta de orientação/informações dos profissionais de saúde quanto às práticas utilizadas e ao modelo de nascimento estabelece uma violação do direito da mulher quanto às informações relevantes ao trabalho de parto e parto como preconizado a Organização Mundial de Saúde (OMS).
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria. Ponte Nova, Minas Gerais, Brasil 2024.

Os artigos selecionados para a pesquisa abordam predominantemente o conhecimento da parturiente e do enfermeiro em relação à VO. Um artigo (Silva; Aguiar, 2020) destaca a falta de preparo dos enfermeiros da atenção primária para lidar com esse fenômeno. Dois artigos (Pascoal, *et al.*, 2020; Teixeira, *et al.*, 2020) evidenciam a falta de compreensão das parturientes sobre a VO, mostrando que muitas delas não conseguem identificar as práticas abusivas sofridas, as quais podem causar danos irreparáveis. Outros dois artigos (Alexandria, *et al.*, 2019; Miranda, *et al.*, 2019) discutem o conhecimento dos enfermeiros que atuam diretamente na assistência ao parto acerca das práticas de VO, incluindo como essa violência ocorre. Por fim, um artigo (Rodrigues *et al.*, 2015) analisa de forma reflexiva o impacto dos serviços de saúde e dos profissionais que atuam neles no processo parturitivo da mulher, incluindo a forma como o parto é conduzido e a ausência de conhecimento dos profissionais.

DISCUSSÃO

Embora a VO exista desde a antiguidade, foi somente durante as décadas de 1980 e 1990 que profissionais da saúde e defensores dos direitos reprodutivos, impulsionados pelo movimento feminista, começaram a abordar e enfrentar a violência no parto. Apesar desses esforços, o tema só ganhou visibilidade na mídia a partir dos anos 2000 e, atualmente, ainda é uma prática comum em muitas instituições, sem punições adequadas para os responsáveis. A ausência de medidas eficazes e sanções perpetua um ciclo de abuso durante o parto, comprometendo a dignidade e os direitos das parturientes (Sena; Tesser 2017).

Silva e Aguiar (2020) destacam que os enfermeiros da atenção primária frequentemente demonstram uma compreensão superficial da violência obstétrica e das práticas consideradas, como evidenciado nos depoimentos coletados. Segundo o estudo, a violência obstétrica é

amplamente praticada tanto pela equipe de enfermagem quanto pela equipe médica. Na maioria dos casos, essas práticas não são reconhecidas como violência pelos profissionais, que justificam procedimentos como episiotomia, uso de ocitocina e manobra de Kristeller como necessários para facilitar o parto. Uma enfermeira entrevistada ressaltou:

“A episiotomia se for necessário tem que fazer, entendeu? Não sou uma enfermeira que acha que tem que obedecer a essa coisa toda de parto humanizado. A episiotomia chega um momento que tem que fazer e é necessária [...]” (Silva; Aguiar, 2020, p. 5017).

A episiotomia, uma técnica introduzida no século XX, tornou-se uma prática de rotina durante o trabalho de parto para facilitar a passagem do bebê. No entanto, essa intervenção foi amplamente adotada sem a realização de estudos que comprovassem sua eficácia. A falta de conhecimento tanto dos profissionais de saúde quanto das parturientes sobre o que caracteriza a violência obstétrica contribui para a manutenção dos altos índices de episiotomia (Leal, *et al.*, 2014).

Além da deficiência na preparação dos profissionais de saúde, Pascoal *et al.* (2020) revelam que 95,5% das parturientes que participaram da pesquisa não receberam informações adequadas durante o pré-natal. Essa lacuna no fornecimento de informações essenciais compromete não apenas a qualidade do cuidado oferecido, mas também coloca em risco os direitos e a segurança das gestantes.

Miranda *et al.* (2020) constataram que as vítimas de violência obstétrica enfrentaram graves consequências decorrentes das práticas abusivas, incluindo impactos significativos em sua vida sexual, sentimentos de vergonha em relação ao parceiro(a), baixa autoestima, repercussões psicológicas, depressão e diminuição da qualidade de vida.

As práticas abusivas durante o parto podem comprometer a experiência imediata das parturientes e gerar cicatrizes emocionais duradouras. A vergonha e a baixa autoestima resultantes dessa violência podem afetar negativamente a relação das vítimas com seus parceiros, além de contribuir para o isolamento social e a depressão. Essas consequências sublinham a necessidade de uma abordagem holística no tratamento das vítimas, incluindo suporte psicológico e social contínuo (Dias; Pacheco, 2020).

Teixeira *et al.* (2020) complementam que muitas vítimas de violência obstétrica relataram terem sido pressionadas por profissionais de saúde a abdicarem de sua autonomia na decisão do tipo de parto, optando por cesarianas não necessárias. Um relato ilustrativo desse estudo destaca:

“O tamanho do meu bebê. Disseram que ele nasceria muito grande, e na verdade nasceu mediano [...]” (Teixeira, *et al.*, 2020, p. 3613).

No estudo, as vítimas relataram ainda uma variedade de experiências de violência obstétrica, que incluem desassistência por mais de 24 horas, impedimento de amamentação na primeira hora pós-parto e convencimento indevido sobre a necessidade de episiotomia para assegurar a saúde do bebê. Essas práticas refletem negligência e violações dos direitos reprodutivos e da autonomia das parturientes durante um momento tão crucial como o parto.

Conforme evidenciado nos estudos de Miranda *et al.* (2020) e Alexandria *et al.* (2019), enfermeiros obstetras, que frequentemente têm maior contato direto com as parturientes, destacam-se por seu conhecimento aprofundado e capacidade de identificar a violência obstétrica no cotidiano de trabalho. Esses profissionais conseguem reconhecer as práticas abusivas e têm potencial para contribuir significativamente na educação de outros profissionais de saúde, promovendo uma assistência mais humanizada e consciente das necessidades das parturientes.

Rodrigues *et al.* (2015) destacam a importância da empatia dos profissionais durante todo o processo pré e pós-parto, defendendo decisões compartilhadas com a mulher para garantir um parto seguro e de qualidade. Enfatizam que a mulher deve assumir um papel central em suas decisões, com procedimentos explicados de maneira clara e fundamentados em evidências. A adoção das boas práticas no parto, recomendadas pela OMS, busca reduzir intervenções desnecessárias e valorizar o papel natural da mulher, sendo crucial que os profissionais de saúde incorporem esses princípios para promover um ambiente seguro e combater a violência obstétrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi evidente que tanto enfermeiros quanto parturientes apresentam lacunas significativas em seu conhecimento sobre VO. Enfermeiros da atenção primária frequentemente demonstram compreensão superficial das práticas abusivas, muitas vezes justificando procedimentos invasivos como necessários para o sucesso do parto. Essa falta de preparo contribui para a perpetuação de práticas violadoras dos direitos reprodutivos das mulheres que indicam que uma parcela substancial das parturientes não recebe informações adequadas durante o pré-natal.

Por outro lado, as parturientes frequentemente não reconhecem diversas práticas como violência obstétrica, o que sugere uma necessidade urgente de educação e conscientização sobre seus direitos durante o parto. Os relatos de vítimas sublinham as consequências devastadoras de práticas abusivas, incluindo impactos psicológicos e físicos duradouros.

Ao optar por artigos disponibilizados gratuitamente na íntegra, houve uma restrição nos achados, resultando em poucos resultados e limitando a abrangência do estudo. Essa limitação destaca a necessidade de mais pesquisas na área para enriquecer a base de conhecimento e fornecer uma visão mais completa sobre a VO.

Diante dessas constatações, é crucial desenvolver programas de formação contínua para profissionais de saúde, enfatizando não apenas a identificação precoce e prevenção da VO, mas também a promoção de um ambiente de parto seguro e respeitoso. Da mesma forma, é essencial empoderar as parturientes por meio de informações claras e acessíveis, fortalecendo sua capacidade de tomar decisões informadas e assertivas durante o processo de gestação e parto. A implementação de diretrizes baseadas em evidências, como as boas práticas no parto preconizadas pela OMS, deve ser prioritária para garantir um cuidado materno adequado e livre de abusos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRIA, S; OLIVEIRA, M; ALVES, S; BESSA, M; ALBUQUERQUE, G; SANTANA, M. Violência obstétrica na perspectiva dos profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto. **Revista de Enfermaria y Humanidades, Cultura de los Cuidados**. v. 12, n. 53, p. 119-128, 2019.

CHIRELLI, M; SORDI, M. Pensamento crítico na formação do enfermeiro: a avaliação na área de competência Educação na Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 74, n. 5, p. 1-9, 2021.

DIAS, S; PACHECO, A. Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. **Revista Arquivos Científicos**. v. 3, n. 1, p. 04-13, 2020.

LEAL, M; PEREIRA, A; DOMINGUES, R; FILHA, M; DIAS, M; PEREIRA, M; BASTOS, M; GAMA, S. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. **Caderno de Saúde Pública**. v. 30, p. 17-47, 2014.

MARIANO, A; SANTOS, M. Revisão da Literatura: Apresentação de uma Abordagem Integradora. **AEDEM International Conference**. p. 427-443, 2017.

MARTINS, F; SILVA, B; CARVALHO, F; COSTA, D; PARIS, L; JUNIOR, L; BUENO, D; DAVID, M. Violência Obstétrica: Uma expressão nova para um problema histórico. **Revista Saúde em Foco**. v. 11, p. 413-423, 2019.

MIRANDA, F; VELLOSO, G; LIMA, P; RANGEL, S; ALMEIDA, H; PINHEIRO, M; COSTA, L. Violência obstétrica: percepção de enfermeiros obstétricos em uma maternidade de Minas Gerais. **HU Revista**. v. 45, n. 4, p. 415-420, 2019.

OLIVEIRA, L; ALBUQUERQUE, A. Violência Obstétrica e direitos humanos dos pacientes. **Revista Jurídica do Centro de Estudos Judiciários**. v. 22, n. 75, p. 36-50, 2018.

PASCOAL, K; CARVALHO, M; CANDEIA, R; PEREIRA, J; CRUZ, R; FILGUEIRAS, T. Violência obstétrica na percepção de puérperas. **Revista Nursing**. v. 23, n. 265, p. 4221-4226, 2020.

QUEIROZ, J; SILVA, J; COSTA, J. Assistência ao parto humanizado: atuação do enfermeiro. **Faculdade Ages Senhor do Bonfim**. p. 1-24, 2023.

RODRIGUES, D; ALVES, V; BRANCO, M; MATTOS, R; DULFE, P; VIEIRA, B. A violência obstétrica como prática no cuidado na saúde da mulher no processo parturitivo: análise reflexiva. **Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco**. v. 9, n. 5, p. 8461-8467, 2015.

SENA, L; TESSER, C. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**. v. 21, n. 60, p. 209-220, 2017.

SILVA, M; AGUIAR, R. Conhecimento de enfermeiros da atenção primária acerca da violência obstétrica. **Revista Nursing**. v. 23, n. 271, p. 5013-5018, 2020.

SILVA, T; SOUSA, K; OLIVEIRA, A; AMORIM, F; ALMEIDA, C. Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. **Acta Paul Enfermagem**. v. 33, p. 1-8, 2020.

TEIXEIRA, P; ANTUNES, L; DUAMARDE, L; VELLOSO, V; FARIA, G; OLIVEIRA, T. Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: A dor que querem calar. **Revista Nursing**. v. 23, n. 261, p. 3607-3615, 2020.

VENTURI, G; BOKANY, V; DIAS, R; ALBA, D; ROSAS, W; FIGUEIREDO, N. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. **Fundação Perseu Abramo**. p. 1-268, 2010.

ZANARDO, G; URIBE, M; NADAL, A; HABIGZANG, L. Violência Obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**. v. 29, p. 1-11, 2016.

Declaração de Interesse

Os autores declaram não haver nenhum conflito de interesse

Financiamento

Financiamento próprio

Colaboração entre autores

O presente artigo foi escrito por Ana Carolina Cassimiro de Souza do Carmo, Milena Anselmo Lopes e Vanessa Alves da Silva Rodrigues, projetado e concluído no Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Enfermagem da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP). Todos os autores cuidaram da parte dissertativa do artigo.